

Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA., com o número de pessoa coletiva 506653285, com sede social na Rua António Nicolau de Almeida, 45, 2º, Sala 2.11, Porto, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

A sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem como objeto a mediação de seguros em todos os setores de atividade, dispondo de uma rede de 63 agentes, mantendo a dimensão da rede existente em 2014.

A sociedade obteve no final de 2006 o Certificado de Mediador de Seguros requerido à ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), para o desempenho da sua atividade de mediação de seguros, iniciando em 2007 o registo contabilístico das comissões de seguros (proveitos).

Durante o exercício não se verificaram quaisquer investimentos.

Durante o exercício de 2015 a sociedade dispunha de 6 funcionários a tempo inteiro e 3 administradores não remunerados.

O Volume de Negócios da empresa, expresso em termos de valor conjunto das Vendas e Prestação de Serviços, diminuiu 0.6% no exercício, passando de 614.291,92 Euros para 610.810,46 Euros.

Relativamente aos custos, regista-se uma redução de 5,7% dos Fornecimentos e Serviços Externos de 477.157,34 Euros para 449.912,43 Euros. Em 2015 os gastos com o pessoal apresentam uma ligeira redução de 1,1% passando de 93.075,42 Euros para 92.065,72 Euros.

O Resultado Líquido do exercício de 2015 foi de 9 696,63 Euros e o Resultado Operacional ficou nos 30 917,12 Euros, que contrasta positivamente com os resultados de anos anteriores, e que traduz um esforço de aumento da eficiência da empresa, resultante das políticas de racionalização de custos e de aumento da produtividade. O Passivo da empresa situou-se, em 109,8% do total do Ativo neste exercício.

5. Perspetivas de Futuro para a Empresa

A Accive Insurance tem como objetivos alargar a sua implementação a nível nacional, incrementando a sua rede de agentes, através de captação direta de novos Agentes, e através do estabelecimento de acordos, com Seguradores, agências de subscrição ou entidades que desenvolvam já o modelo de gestão de rede.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela administração da Empresa que o Resultado Líquido do exercício de 2015, que se situou em, 9.696,63 Euros tenha a seguinte proposta de distribuição:

Reserva Legal: 484,83 Euros

Ajustamentos em Ativos Financeiros: -26.052,77 Euros

Resultados Transitados: 35.264,57 Euros

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

De forma a suprir as necessidades de financiamento e a cumprir o artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais foi deliberado pelos acionistas no exercício de 2016 o reforço dos capitais próprios da empresa, através da realização de Prestações Acessórias no valor de 200.000 Euros.

Em 2016 procedeu-se à alteração da sede social da empresa para a Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1º, 4100-130 Porto.

Para além do referido acima, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

A Administração


Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos


António Manuel Godinho Ribeiro


Marco Artur Nunes Carrondo de Oliveira

1. Art.º447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

2. Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

A 31 de Dezembro de 2014 o capital da sociedade era detido integralmente pela Sartorial, S.A.

Durante o exercício de 2015 a anterior accionista alienou a totalidade do capital social aos atuais accionistas da sociedade.

Acionistas que em Dezembro de 2015 eram titulares do capital da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.:

Titulares	Percentagem
Mds – Corretor de Seguros, S.A.	70%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	20%
Onebiz – SGPS, S.A.	10%

Porto, 31 de Maio de 2016

A Administração

Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos

António Manuel Godinho Ribeiro

Marco Artur Nunes Carrondo de Oliveira

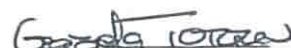
Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

Balanço - (modelo normal) em 31-12-2015
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2015	2014-reexpresso	2014 Publicado
ATIVO				
Ativo não corrente				
Outros ativos financeiros	10	37.927,52	28.627,72	28.627,72
		37.927,52	28.627,72	28.627,72
Ativo corrente				
Clientes	7	0,00	30,00	30,00
Estado e outros entes públicos	8	5.486,81	545,66	545,66
Acionistas/sócios	9	0,00	250.097,92	250.097,92
Outras contas a receber	10	255.718,89	232.183,87	325.231,75
Diferimentos	11	858,43	646,50	646,50
Caixa e depósitos bancários	3	192.686,70	19.773,82	19.773,82
		454.750,83	503.277,77	596.325,65
Total do ativo		492.678,35	531.905,49	624.953,37
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	13	51.000,00	51.000,00	51.000,00
Outros instrumentos capital próprio	14	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	15	1.152,74	25,09	25,09
Resultados transitados	16	(237.951,86)	(259.377,19)	(259.377,19)
Ajustamentos em ativos financeiros		(172.249,07)	(141.167,10)	(141.167,10)
Resultado líquido do período		9.696,63	(8.528,99)	22.552,98
Total do capital próprio		(48.351,56)	(58.048,19)	(26.966,22)
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	6	0,00	0,00	61.965,91
Financiamentos obtidos	17	162.491,83	279.455,00	279.455,00
		162.491,83	279.455,00	341.420,91
Passivo corrente				
Fornecedores	18	7.126,68	5.884,08	5.884,08
Estado e outros entes públicos	8	3.958,85	6.648,21	6.648,21
Acionistas/sócios	9	65.000,00		
Financiamentos obtidos	17	135.523,52	117.835,47	117.835,47
Outras contas a pagar	19	166.929,03	180.130,92	180.130,92
		378.538,08	310.498,68	310.498,68
Total do passivo		541.029,91	589.953,68	651.919,59
Total do capital próprio e do passivo		492.678,35	531.905,49	624.953,37


Administração

Contabilista Certificado Nº 20132



Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.
Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2015	2014-Reexpresso	2014 Publicado
Vendas e serviços prestados	20	610 810,46	614 291,92	614 291,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	6	(26 052,77)	(31 081,97)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	21	(449 912,43)	(477 157,34)	(477 157,34)
Gastos com o pessoal	22	(92 065,72)	(93 075,42)	(93 075,42)
Outros rendimentos e ganhos	23	3 588,70	2 312,05	2 312,05
Outros gastos e perdas	23	(15 451,12)	(6 871,88)	(6 871,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.917,12	8.417,36	39.499,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.917,12	8.417,36	39.499,33
Juros e rendimentos similares obtidos	24	20,85		
Juros e gastos similares suportados	24	(17 049,56)	(6 935,95)	(6 935,95)
Resultado antes de impostos		13.888,41	1.481,41	32.563,38
Imposto sobre o rendimento do período	8	(4 191,78)	(10 010,40)	(10 010,40)
Resultado líquido do período		9.696,63	(8.528,99)	22.552,98

Resultado de atividades descontinuadas incluído no resultado líquido

Resultado líquido por acção	0,95	(0,84)	2,21
-----------------------------	------	--------	------



Administração

Contabilista Certificado Nº 20132



Active Insurance Corretor de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

NOTAS	DESCRÇÃO	Capital Realizado	Ações/quotas próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 - Reapreço 6	51.000,00		300.000,00		25,09		(259.377,19)	(141.167,10)			(8.528,99)	(58.048,19)
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
	Aplicação do resultado líquido												
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio - reapreço					1127,65		21.435,33				(22.552,96)	
	7								(11.081,97)			31.081,97	
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8							21.435,33	(11.081,97)			8.528,99	
	RESULTADO INTEGRAL 9+7+8											9.696,63	9.696,63
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											9.696,63	9.696,63
	10												
	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 6+7+8+10	51.000,00		300.000,00		1.152,74		(237.951,86)	(172.249,07)			9.696,63	(48.371,66)

NOTAS	DESCRÇÃO	Capital Realizado	Ações/quotas próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 6	51.000,00		300.000,00		25,09		(217.069,63)	(102.696,32)			(80.778,34)	(49.519,20)
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
	Aplicação do resultado líquido												
	7							(42.307,56)	(18.470,78)			80.778,34	
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - Reapreço 8							(42.307,56)	(18.470,78)			80.778,34	
	RESULTADO INTEGRAL 9+7+8											(8.528,99)	(8.528,99)
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											(8.528,99)	(8.528,99)
	10												
	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 - Reapreço 6+7+8+10	51.000,00		300.000,00		25,09		(259.377,19)	(141.167,10)			(8.528,99)	(58.048,19)

Administrador

Grazda Pizar

Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		592.623,34	625.355,66
Pagamentos a fornecedores		458.755,30	445.160,27
Pagamentos ao pessoal		92.227,92	93.075,53
Caixa gerada pelas operações		41.640,12	87.119,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		12.889,38	9.708,56
Outros recebimentos/pagamentos		(12.278,16)	(13.147,06)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		16.472,58	64.264,24
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos		42.353,89	38.942,13
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Outros ativos		250.097,92	6.960,61
Juros e rendimentos similares		20,85	1.502,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		207.764,88	(30.479,13)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento		65.000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		99.275,12	9.806,00
Juros e gastos similares		17.049,56	6.942,14
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(51.324,68)	(16.748,14)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		172.912,78	17.036,98
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.773,82	2.736,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	192.686,70	19.773,82



 Administração

Contabilista Certificado N° 20132


 Graça Viana

2015



Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2015

Unidade monetária: euros

A Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., é uma sociedade anónima com sede Rua António Nicolau de Almeida, nº 45, 2º andar, sala 2.10, 4100-320 Porto e tem por objecto principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

A sociedade é detida pela Sartorial, SA., com sede na Rua do Passelo Alegre, nº 576, 4150-573 Porto.

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as disposições do SNC emitidas e em vigor à data de Janeiro de 2011. Para o efeito foi considerado como data de transição do normativo POC o dia 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2015 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 1.5 a 1.7.

1.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

1.4. Comparabilidade das demonstrações financeiras

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016. Os efeitos destas alterações nas demonstrações financeiras da empresa estão a ser alvo de avaliação.

1.5. Juízos de valor

- Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os activos financeiros da empresa é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos activos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respectivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

1.6. Principais pressupostos relativos ao futuro

-Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

1.7. Principais fontes de incerteza das estimativas

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Em consequência, toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta dos contratos de financiamento obtidos.

Como a empresa não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta dos saldos a receber. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através

da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, e da disponibilidade de facilidades de crédito. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente.

Risco de capital

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos accionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura óptima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos accionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por aumentar o capital social por emissão de acções e venda de activos entre outras medidas,

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar num intervalo confortável.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Investimentos

Subsidiárias

São consideradas como subsidiárias as empresas nas quais a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional. Os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento na Associada. Quando a parte da empresa nas perdas da Associada iguala ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos por conta da associada.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os bens do activo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são capitalizadas.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

Activofixo Tangível	Anos de vida útil
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

A depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 25/09. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

2.3. Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são testados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias, que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é determinada pelo excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso.

O valor de uso dos investimentos financeiros é calculado com base em projecções de fluxos de caixa futuros baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade na demonstração de resultados. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.4. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Financiamentos Obtidos".

2.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais a empresa isoladamente.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando a empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.8. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respectivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta o cumprimento de objectivos individuais.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.10. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

2.11. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde a empresa tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em Passivos não correntes - Financiamentos obtidos, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.12. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Vendas

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa ; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Prestações de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto é reconhecido como proveito financeiro.

2.14. Alterações de políticas, estimativas e erros

Alterações resultantes da aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação são efectuadas de acordo com as disposições transitórias específicas.

Alterações de políticas contabilísticas na aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação que não contenha disposições transitórias específicas, são aplicadas retrospectivamente.

As estimativas são revistas em consequência de nova informação ou maior experiência. O efeito de uma alteração de estimativa contabilística é reconhecido prospectivamente, incluindo-o (a) no Resultado do período da alteração, se a alteração apenas afecta esse período; ou (b) no período da alteração e períodos futuros, se for o caso.

Os erros materiais descobertos em períodos subsequentes são corrigidos retrospectivamente nas primeiras Demonstrações Financeiras após a sua descoberta através de:

(a) reexpressão dos valores comparativos do período anterior apresentado onde ocorreu o erro; ou

(b) reexpressão do saldo de abertura dos activos, passivos e capitais próprios do período mais antigo apresentado, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado.

Durante o ano de 2015, foi efetuada a Reexpressão das contas de 2014, para correção de um erro

BALANÇO	2014 - Publicado	MEP sobre Accive Franchising	2014 - Reexpresso
ATIVO			
Ativo corrente			
Outras contas a receber	325,231.75	(93,047.88)	232,183.87
	596,325.65	(93,047.88)	503,277.77
TOTAL DO ATIVO	624,953.37	(93,047.88)	531,905.49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultado líquido do período	22,552.98	(31,081.97)	(8,528.99)
Total do capital próprio	(26,966.22)	(31,081.97)	(58,048.19)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	61,965.91	(61,965.91)	0.00
	341,420.91	(61,965.91)	279,455.00
Total do passivo	651,919.59	(61,965.91)	589,953.68
Total do capital próprio e do passivo	624,953.37	(93,047.88)	531,905.49

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2014 - Publicado	MEP sobre Accive Franchising	2014 - Reexpresso
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	0.00	(31,081.97)	(31,081.97)
Resultado líquido do período	22,552.98	(31,081.97)	(8,528.99)



3. Fluxos de caixa

3.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa		
Depósitos à ordem	192.686,70 €	19.773,82 €
Outros depósitos bancários		
Caixa e equivalentes de caixa	192.686,70 €	19.773,82 €

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

Descrição	2015	2014
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	192.686,70 €	19.773,82 €
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	192.686,70 €	19.773,82 €

4. Partes relacionadas

4.1 Remunerações do Pessoal Chave

Os membros do Conselho de Administração são considerados os elementos chave da gestão.

Rubrica	2015	2014
Total Remunerações	0,00 €	0,00 €

Desde o exercício de 2014 os membros do conselho de Administração passaram a ser não remunerados.

4.2 Transacções entre Partes Relacionadas

As transacções e saldos entre partes relacionadas decorrem de operações comerciais normais.

(a) transacções e saldos pendentes:

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2015	2014
Activo			
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	Empréstimo	226.445,09 €	184.091,20 €
Sartorial, S.A.	Empréstimo	0,00 €	250.097,92 €
Total		226.445,09 €	395.246,99 €
Passivo			
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Empréstimo	(65.000,00 €)	(0,00 €)
Total		(65.000,00 €)	(0,00 €)

O valor do empréstimo à Accive Franchising é em 2015 e 2014 apresentado em "Outras contas a Receber"

Os empréstimos concedidos à anterior acionista em 2014 tinham carácter de curto prazo, uma vez que tinham prazo de vencimento de 6 meses, sendo automaticamente renováveis excepto se houver renúncia das partes. Os empréstimos obtidos da atual accionista têm carácter de curto prazo.

Transacções

Empresa	Natureza do relacionamento	2015	2014
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Comissões	68.158,98€	
Onebiz, S.G.P.S., S.A.	Aquisição de serviços	(14.920,15€)	

5. Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2014					
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-14
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Investimentos em curso						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Valor Líquido	0,00 €					0,00 €

Rubricas	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Investimentos em curso						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	19.090,67 €					19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
	19.090,67 €					19.090,67 €
Valor Líquido	0,00 €					0,00 €

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período.

O gasto com depreciação e amortização de activos fixos tangíveis no período foi de 0,00 euros uma vez que os activos existentes a 31 de Dezembro de 2015 já se encontravam totalmente depreciados no início do exercício.

5.3. Locação Financeira

A 31 de Dezembro de 2015, não existiam bens utilizados em regime de locação financeira.

6. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

(a) Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas a 31 de Dezembro de 2015;

Empresa	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Custo:						
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	10.000,00 €	100%	65.000,00 €	0,00 €	(185.809,67 €)	(26.052,77 €)
Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €	0,00€		
			78.603,59 €	-61.965,91 €	(185.809,67€)	(26.052,77 €)

*Empresa constituída no final de 2007 ainda sem atividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos Cabo Verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a atividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

Subsidiárias:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram movimentos no valor das Participações Financeiras dado o montante já estar reduzido a zero.

As demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2015 incluíam uma provisão para outros riscos e encargos no valor de 61.965,91 €, destinada cobrir eventuais perdas em empréstimos de financiamento concedidos à subsidiária, a qual foi reclassificada para Perdas de Imparidade de Outras Contas a Receber por via da re-expressão dos comparativos descritos na nota 2.14.

Por referência aos exercícios de 2014 (re-expresso) e 2015, as perdas associadas à aplicação do MEP relativamente à subsidiária Accive Insurance Consultoria e Franchising, Lda. foram reconhecidos por contrapartida de uma conta de Perdas de Imparidade da conta a receber dessa subsidiária, dado o investimento líquido na subsidiária ainda não ter sido reduzido a zero. Ver nota 10.

A evolução da referida conta de Perdas de Imparidade foi como se segue

Descrição	Accive Franchising
1 de Janeiro de 2014 – re-expresso	(61.965,91 €)
Aplicação MEP	(31.081,97 €)
31 de Dezembro de 2014 – re-expresso	(93.047,88 €)
Aplicação MEP	(26.052,77 €)
31 de Dezembro de 2015	(119.100,55 €)

(b) Descrição do método usado para contabilizar os investimentos listados na alínea (a).

Método da equivalência patrimonial

7. Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Rubrica	2015	2014
Clientes - Corrente		
Clientes c/c	0,00 €	30,00 €
Clientes - Títulos a Receber		
Clientes - Resp. por Letras Descontadas		
Clientes de cobrança duvidosa		
	0,00 €	30,00 €
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	30,00 €

8. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos são os seguintes:

Rubricas	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	5.486,81 €	0,00 €	545,66 €	
Pagamento por Conta - Pag. Esp. Por Conta	9.683,38 €		545,66 €	
Retenções na fonte	5,21 €			
Imposto estimado	-4.191,78 €			
Imposto a pagar				
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00 €	2.176,72 €	0,00 €	2.842,99 €
Trabalho dependente		521,00 €		492,65 €
Trabalho independente		1.099,72 €		2.072,84 €
Prediais		556,00 €		277,50 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social		1.782,13 €		1.524,74 €
Total	5.486,81 €	3.958,85 €	545,66 €	6.648,21 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

Descrição	2015	2014
Resultado antes de impostos	13.888,41 €	32.563,38 €
Custos não Dedutíveis	5.377,89 €	1.044,97 €
Taxa de imposto	17,00%+21,00%	23,00%
Coleta	3.656,96 €	7.729,92 €
Derrama	296,46 €	336,08 €
Tributações autónomas	249,64 €	1.944,40 €
Insuficiência de estimativa de imposto	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rendimento	4.191,78 €	10.010,40 €

O montante de prejuízos fiscais disponíveis a 31 de dezembro de 2014 ascendia a 170.602.27€ e foi perdido em função da alteração acionista ocorrida no exercício de 2015.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) excepto quando (i) tenha havido prejuízos fiscais, (ii) tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou (iii) estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo as declarações fiscais da Empresa poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e eventuais correcções.

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA, entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2015.

9. Accionistas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Accionistas, é como se segue:

Descrição	31-Dez-15	31-Dez-14
ActivoCorrente		
Accionistas		250.097,92 €
Total do Activo		250.097,92 €
Passivos Não Corrente		
Accionistas		
Passivos Corrente		
Accionistas	65.000,00 €	0,00 €
Total do Passivo	65.000,00 €	0,00 €
Total Líquido	65.000,00 €	250.097,92 €

Conforme referido na nota 4, os empréstimos concedidos à anterior acionista em 2014 tinham carácter de curto prazo, uma vez que tinham prazo de vencimento de 6 meses, sendo automaticamente renováveis excepto se houver renúncia das partes. Os empréstimos obtidos da atual accionista têm carácter de curto prazo.

10. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Descrição	31-Dez-15		31-Dez-14 – Re-expresso	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outras contas a receber				
Devedores por acréscimos de rendimento	53.786,27 €		68.534,44 €	
Devedores Franchisados	2.482,93 €		17.209,92 €	
Devedores Companhias	60.394,78 €		39.541,76 €	
Outros Devedores	258.155,56 €	37.927,52 €	200.035,63 €	28.627,72 €
Clientes de cobrança duvidosa	29.509,80 €		29.509,80 €	
Pessoal	0,00 €		0,00 €	
	404.329,34 €	37.927,52 €	354.831,55 €	28.627,72 €
Perdas por imparidade acumuladas	-148.610,45 €		122.577,68 €	
	255.718,89 €	37.927,52 €	232.186,87 €	28.627,72 €

O saldo não corrente respeita a um mútuo celebrado em 2011 com um franchisado a liquidar em 4 anos, cujo valor em dívida em 31 de Dezembro de 2015, ascende a 41.727,52 €.

Em 2013 e 2016 este contrato foi renegociado sendo definidas novas condições de reembolso.

O montante corrente de outros devedores inclui um empréstimo à participada Accive Franchising no valor de 226.445,09 €.

Ajustamento de Contas a Receber

Ajustamentos de Contas a Receber	2015	2014 – Re-expresso
A 1 de Janeiro	122.577,68 €	91.475,71 €
Aumentos	26.052,77 €	31.081,97 €
Utilizações		
Reduções		
A 31 de Dezembro	148.610,45 €	122.577,68 €

O montante corrente de outros devedores inclui um empréstimo à participada Accive Franchising no valor de 226.445,09 € (2014: 184.091,20 €).

O valor de ajustamento de contas a receber inclui um montante de 119.100,45 € (2014: 93.047,88 €) relativo a imparidade da conta a receber da Accive Franchising. As variações dos Ajustamentos de Contas a Receber foram registadas por contrapartida



da rubrica de Ganhos e Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos da Demonstração de Resultados. Ver nota 6.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	858,43 €	646,50 €
Outros gastos a reconhecer		
Total	858,43 €	646,50 €

12. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2015	2014
Numerário		
Depósitos bancários	192.686,70€	19.773,82 €
Aplicações tesourarias		
Caixa e equivalentes de caixa	192.686,70 €	19.773,82 €
Descobertos bancários	0,00 €	0,00 €
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	192.686,70 €	19.773,82 €

13. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015, todo o capital social, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

No presente exercício não houve qualquer variação no capital social.

O capital social é de 51.000,00 euros, representado por 10.200acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

A 31 de Dezembro de 2014 o capital da sociedade era integralmente detido pela Sartorial, S.A. A 7 de Janeiro de 2015 foi formalizada a mudança de detenção do capital da sociedade, passando o mesmo a ser detido por um conjunto de novos accionistas.

Titulares	Percentagem
MDS - Corrector de Seguros, SA	70%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	20%
Onebiz, SA	10%

14. Outros instrumentos do capital próprio

A rubrica "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações acessórias efectuadas pelos accionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

15. Reservas Legais

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

16. Resultados Transitados

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial	-259.377,19 €	-217.069,63 €
Resultado Líquido 2013	0,00 €	-42.307,56 €
Resultado Líquido 2014	21.425,33 €	0,00 €
Total	-237.951,86 €	-259.377,19 €

O valor de perdas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial incluídas no resultado líquido de 2013 e 2014 foi aplicado em "Ajustamentos em Ativos Financeiros".

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Financiamento obtidos, por via de empréstimos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos						
Conta Cauçionada – Dinâmica MBGP	23.000,00 €	0,00 €	23.000,00 €	58.000,00 €	0,00 €	58.000,00 €
Outros Financiadores						
AXA – Empréstimo Nº 89936	112.523,52 €	162.491,83 €	275.015,35 €	59.835,47 €	279.455,00 €	339.290,47 €
Total	135.523,52 €	162.491,83 €	298.015,35 €	117.835,47 €	279.455,00 €	397.290,47 €

O Empréstimo não corrente respeita a uma linha de financiamento obtida junto da Axa – Companhia de Seguros em Fevereiro de 2010, com um prazo de 5 anos e uma taxa de juro de 3%.

As condições deste empréstimo foram alvo de renegociação no exercício de 2014. Atualmente, o prazo do empréstimo termina em Outubro de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro de 4,5% e reembolsável em prestações mensais.

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Passivos		
Fornecedores - corrente		
Fornecedores Terceiros	7.126,68 €	5.884,08 €
Fornecedores Grupo	0,00 €	0,00 €
Total do Fornecedores c/c	7.126,68 €	5.884,08 €

19. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outras contas a pagar correntes" pode ser detalhada como segue:

Descrição	2015		2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo				
Outras contas a pagar				
Credores por acréscimo de gasto				
Remunerações a liquidar	12.437,49 €		12.437,49 €	
Juros a liquidar	6.405,18 €		6.405,18 €	
Outros credores por acréscimo de gasto	8.223,18 €		8.334,21 €	
Comissões franchisados	132.649,22 €		131.763,37 €	
Credores Companhias	7.213,96 €		10.688,80 €	
Outros Credores	0,00€		10.501,87 €	
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €		0,00 €	
Outras contas a pagar	166.929,03 €		180.130,92 €	

20. Vendas e Prestações de Serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Réditos	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Mercadorias						
Prestações de Serviços	610.810,46 €		610.810,46 €	614.291,92 €		614.291,92 €
	610.810,46 €		610.810,46 €	614.291,92 €		614.291,92 €

A totalidade das prestações de serviços é realizada no mercado nacional.

21. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresentava em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2015	2014
Serviços especializados	413.882,17 €	439.635,18 €
Comissões	376.563,45 €	423.715,37 €
Conservação e reparação	0,00 €	990,40 €
Outros	37.318,72 €	14.929,41 €
Materials	221,38 €	206,75 €
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	64,56 €	17,64 €
Material de escritório	156,82 €	189,11 €
Energia e fluidos	1.233,15 €	4.339,30 €
Electricidade	1.103,58 €	1.864,22 €
Combustíveis	129,57 €	2.475,08 €
Água	0,00 €	0,00 €
Deslocações, estada e transportes	541,00 €	1.868,05 €
Deslocações e estadas	541,00 €	1.868,05 €
Serviços diversos	34.034,73 €	31.108,06 €
Rendas e alugueres (a)	13.320,00 €	17.951,57 €
Comunicação	9.880,58 €	4.193,04 €
Seguros	1.133,36 €	563,95 €
Contencioso e notariado	0,00 €	155,00 €
Limpeza, higiene e conforto	20,25 €	0,00 €
Outros serviços	9.680,54 €	8.244,50 €
Total	449.912,43 €	477.157,34 €

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" apresentava em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o seguinte detalhe:

Gastos com o Pessoal	2015	2014
Remunerações órgãos sociais	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	75.273,62 €	75.354,96 €
Encargos sobre remunerações	16.552,27 €	16.764,31 €
Seguros de acidentes no trabalho	206,75 €	956,15 €
Outros gastos com pessoal	0,00 €	0,00 €
Total	92.065,72 €	93.075,42 €

O nº médio de funcionários à data de 31 de Dezembro de 2015 é de 5 (2014: 6).

23. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas" apresentava em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	2015	2014
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1.107,44 €	0,00 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros	2.481,16 €	809,96 €
Total	3.588,70 €	809,96 €

Outros Gastos e Perdas	2015	2014
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	6.776,80 €	5.365,68 €
Outros juros	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	8.674,32 €	1.500,01 €
Total	15.541,12 €	6.865,69 €

24. Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos de financiamento em 2015 e 2014 apresenta-se como segue:

	2015	2014
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros de mora	6,82 €	6,19 €
Outros juros	17.042,74 €	6.935,95 €
Outros gastos similares suportados		
Total	17.049,56 €	6.942,14 €
Juros obtidos		
De outros financiamentos concedidos	20,85 €	1.444,30 €
Outros rendimentos similares	0,00 €	57,79 €
Total	20,85 €	1.502,09 €
Custo do financiamento líquido	-17.028,71 €	-5.440,05 €

Os juros suportados respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da Axa – Companhia de Seguros.

Os juros obtidos respeitam ao empréstimo de longo prazo concedido aos parceiros António Vieira/Armando Glesta.

25. Compromissos

Não existiam compromissos para investimento assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

26. Contingências

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2015, a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tinha processos em curso avaliados como passivos contingentes.

27. Informações exigidas por Diplomas

Conforme requerido pela Norma do ISP Legais nº 15/2009-R de 30 de Dezembro de 2010 no seu artigo nº 4, passamos a apresentar nos seguintes mapas a Informação requerida. As alíneas cuja sequência e numeração se encontrem ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa:

1 a) As comissões auferidas das seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios de seguros, sendo que as comissões extra são consideradas no exercício a que respeitam, quando o seu montante possa ser estimado com fiabilidade;

1 b) A totalidade das remunerações no valor de 610.810,46 euros respeita a comissões.

1 c)

Seguradora	Ramo Vida	Ramo não Vida	Total
Açoreana Companhia de Seguros, SA	844,59	73.397,10	74.241,69
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	3.004,81	22.398,11	25.402,92
AIG - Chartis		478,5	478,50
April		35.709,68	35.709,68
ARAG		101,06	101,06
Axa Companhia de Seguros, SA	2.247,99	25.698,84	27.946,83
Metlife	15,36	1.312,64	1.328,00
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA		10.371,51	10.371,51
Generali Companhia de Seguros, SA		80.166,01	80.166,01
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	3.739,15		3.739,15
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	55,5	1.358,81	1.414,31
Liberty Europeia de Seguros	83,94	30.988,38	31.072,32
Lusitânia Companhia de Seguros, SA		10.695,87	10.695,87
Macif Portugal Companhia de seguros, SA		3.357,31	3.357,31
Real	207,75		207,75
Popular Seguros		8.066,05	8.066,05
Mapfre		86,11	86,11
MDS – Corretor de Seguros, S.A.		68.158,98	68.158,98
Baloise		1.559,73	1.559,73
EuroVida	80,07		80,07
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	260,74	3.936,07	4.196,81
Vitoria Companhia de Seguros, SA	336,04	11.489,46	11.825,50
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	6.595,10		6.595,10
Zurich InsurancePlc - Sucursal em Portugal		113.717,22	113.717,22
Total	17.455,68	501.734,80	520.518,48
Comissões extra estimadas para 2015			90.291,98
Total			610.810,46

1 d) e 2 a)

Açoreana Companhia de Seguros, SA	14,26%
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	4,88%
AIG - Chartis	0,09%
April	6,86%
ARAG	0,02%
Axa Companhia de Seguros, SA	5,37%
Metlife	0,26%
Companhia de Seguros Vitoria Vida	0,00%
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA	1,99%
Generali Companhia de Seguros, SA	15,40%
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	0,72%
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	0,27%
Liberty Europeia de Seguros	5,97%
Lusitânia Companhia de Seguros, SA	2,05%
Macif Portugal Companhia de seguros, SA	0,64%
Real	0,04%
Popular Seguros	1,55%
Mapfre	0,02%
MDS – Corretor de Seguros, S.A.	13,09%
Baloise	0,30%
EuroVida	0,02%
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	0,81%
Vitoria Companhia de Seguros, SA	2,27%
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	1,27%
Zurich InsurancePlc - Sucursal em Portugal	21,85%

1 g) Apresenta-se da seguinte forma:

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
- MACIF - Sagres	182,59	
- Açoreana	5.296,17	
- Fidelidade	2.570,35	
- Tranquilidade	0,00	
- Victoria	971,47	
- Allianz	0,00	
- AXA	1.659,67	
- Lusitania	2.269,20	
- Zurich	13.170,14	
- Real - Vida	324,86	
- Açoreana - Vida	80,34	
- Zurich - Vida	159,98	
- Imperio - Vida	55,50	
- Arag, SA	157,37	
- Eurovida	0,01	
- Popular Seguros	1.167,89	
- Metlife	0,85	
- Chartis Europe	291,59	
- Generali	7.642,30	
- Generali- Vida	616,00	
- Liberty	2.345,39	
- Liberty Vida	83,94	
- AXA-Vida	20.192,60	
- Vitoria - Vida	182,98	
- MDS	973,59	
Total	60.394,78	
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2015		
Total conforme Balanço	60.394,78	0

Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)

Ver Nota 10.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro:		
-Allianz		2.174,19
-Tranquilidade		1.967,25
-Imperio		812,94
-Prevoir		44,54
-Allianz-Vida		0,17
-Tranquilidade-Vida		499,14
-Zurich P		1.602,40
-Outros		113,32
Total		7.213,95
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2014		0,00
Total conforme Balanço		7.213,95

Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro

Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)

Ver Nota 19.

28. Perda de metade do Capital Social

Como evidenciado no Balanço a 31 de Dezembro de 2015, os capitais próprios são negativos 48.351,56 euros.

Conforme referido na nota 13, em 2015 foi formalizada a mudança da detenção do capital da sociedade, passando o mesmo a ser detido por um conjunto de novos accionistas.

Encontrando-se perdida mais de metade do capital social, com a finalidade de dar cumprimento ao estipulado no artigo 35º do CSC, em 2016 foi deliberado em Assembleia Geral de accionistas a constituição de prestações acessórias, no valor de 200.000 euros, para compensar parte dos resultados transitados negativos e de forma a tornar os Capitais Próprios da sociedade positivos.

29. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31 de Maio de 2016 pela Administração.


Não foram recebidas informações adicionais que alterem as demonstrações financeiras apresentadas.

Contabilista Certificado nº 20132

O Conselho de Administração


Graziela da Conceição Carvalho de Oliveira
Torres


António Manuel Godinho Ribeiro


Marco Artur Nunes Carrondo de Oliveira


Ricardo Botelho Barbosa Pinto
das Santos

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 492.678 euros e um total de capital próprio negativo de 48.352 euros, incluindo um resultado líquido de 9.697 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nºs 7, 8 e 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal



Reservas

7 Não foi obtido suporte para a recuperabilidade da Conta a Receber da participada Accive Franchising, com valor líquido a 31 de dezembro de 2015 de 107.344 euros, não sendo por isso possível concluir quanto ao montante da imparidade reconhecido relativamente a este ativo a essa data.

8 Foram estimados em Outras Contas a Receber acréscimos de rendimentos de comissões, no valor de 13.995 euros, para os quais não foi obtida informação de suporte que permita concluir quanto ao seu correto reconhecimento como ativo.

9 A rubrica de Outras Contas a Pagar inclui 59.352 euros relacionados com passivos perante franchisados, relativamente aos quais não foi possível concluir se correspondem a responsabilidades efetivas da empresa perante esses terceiros.

10 A rubrica de Outras Contas a Receber inclui valores a receber de 21.635 euros para os quais não existe suporte, estando por este motivo o seu valor a 31 de dezembro de 2015 sobreavaliado neste montante.

Opinião

11 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nºs 7, 8 e 9 acima e exceto quanto aos efeitos da situação referida parágrafo nº 10 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

12 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de a nossa Certificação Legal das Contas, emitida em 9 de março de 2016, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluir uma reserva por não terem sido reconhecidos nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2014 os efeitos decorrentes da aplicação do método de equivalência sobre a participada Accive Franchising, originando uma sobreavaliação do resultado líquido do exercício e do capital próprio em 31.082 euros, do ativo em 93.048 euros e do passivo em 61.966 euros, tendo essa situação sido corrigida na reexpressão das demonstrações financeiras àquela data, em anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

13 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

14 de setembro de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos tendo as exceções sido reportadas ao Conselho de Administração. Alertamos o Conselho de Administração para as consequências resultantes da perda de mais de metade do Capital e para a necessidade de cumprir com o estipulado no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal



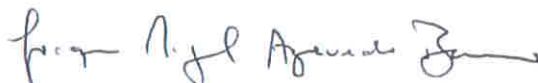
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

14 de setembro de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.